

Elevação do Estreito a Concelho

Algumas reflexões

Contrariamente, ao que aconteceu com a elevação da freguesia à categoria de vila, que só teve reflexos na adição de mais um castelo ao seu símbolo heráldico, a sua transformação em concelho, tem outras e importantes implicações, em termos de desenvolvimento. O Estreito teria a oportunidade de, dentro das limitações financeiras inerentes aos municípios e apoios do Governo Regional, se desenvolver autonomamente sem que tivesse atrás de si alguém que nem se desenvolve nem deixa os outros se desenvolverem.

Em Março de 1999, o Dr. Alberto João Jardim ao defender a necessidade de reestruturação do poder local, apontaria como modelo seu preferido, o francês, opção que levaria à criação de 30 concelhos, em vez dos actuais onze, com o desaparecimento das freguesias.

Na mesma altura, também mostraria alguma abertura à criação dos concelhos da Camacha, Caniço e Estreito de Câmara de Lobos, tanto mais que o projecto de poder local que acabara de propor, dificilmente poderia ser concretizado nos anos mais próximos.

A proposta do Partido Socialista

No dia 15 de Junho do mesmo ano, em notícia publicada no Diário de Notícias, o partido socialista, pegando ou não na iniciativa do Dr. Alberto João, adiantaria que ainda no decurso desse ano iria apresentar na Assembleia Regional, um projecto visando a elevação da freguesia do Estreito a sede que deste novo concelho se para além do Estreito, fizessem parte as freguesias de Jardim da Serra e do Curral das Freiras.

Desta forma, o concelho de Câmara de Lobos ficaria reduzido às freguesias da Quinta Grande e Câmara de Lobos, admitindo-se contudo, relativamente a esta última freguesia a sua subdivisão em mais duas, uma correspondente à paróquia do Carmo e outra à paróquia de Santa Cecília.

Um ano depois, a 4 de Março de 2000, o partido socialista volta a pegar no assunto, para dizer nova-

mente que iria propor à Assembleia Regional, provavelmente porque o não fez, em 1999, a criação do concelho do Estreito de Câmara de Lobos.

Ainda que a abordagem desta temática, feita pelo partido socialista, possa traduzir a necessidade de protagonismo político, julgo que terá perfeito cabimento fazer algumas reflexões sobre as suas vantagens ou desvantagens, ou eventualmente sobre outras alternativas susceptíveis de serem colocadas relativamente à criação do concelho do Estreito.

Criação do concelho e as suas vantagens

Na realidade, contrariamente, ao que aconteceu com a elevação da freguesia à categoria de vila, que só teve reflexos na adição de mais um castelo ao seu símbolo heráldico, a sua transformação em concelho, tem outras e importantes implicações, em termos de desenvolvimento. O Estreito teria a oportunidade de, dentro das limitações financeiras inerentes aos municípios e apoios desenvolver autonomamente sem que tivesse atrás de si alguém que nem se desenvolve nem deixa os outros se desenvolverem. O Estreito deixaria de estar dependente de gestões camarárias, com constituições maioritariamente estranhas e às vezes até parecendo como que hostis a ele e que não souberam acompanhar e compreender o seu desenvolvimento.

Rivalidades entre C.ª de Lobos e Estreito

Ainda que acredite que os políticos do Largo da



A elevação implicaria vantagens para as gentes do Estreito

República, têm boa intenção e tudo fazem para, nas suas decisões, serem isentos e não privilegiarem esta ou aquela freguesia, há uma particularidade que muitas vezes os trai: o seu subconsciente, as suas raízes.

Se assim não fosse não mostrariam algum nervosismo quando, só para os picar, os do Estreito insinuam que nos últimos 80 anos a autarquia, só por uma vez, foi presidida por um estreitense, ou por exemplo, que já seria altura da Câmara ser presidida por alguém não fosse nem da música velha, nem do Centro Social e Desportivo de Câmara de Lobos (CSDCL), símbolos com maior significado na freguesia de Câmara de Lobos e tradicionalmente afectos com os representantes camarários.

É obvio que isto não é bem assim e não passam de formas de expressão para vincar as pequenas camaralobenses e estreitenses, mas imagine-se, a situação inversa. O que diriam os camaralobenses, se o presidente da Câmara fosse do Estreito, da música nova e do Grupo Desportivo do Estreito (GDE)! Certamente que também os acusariam de proteger o Estreito, o GDE e a música nova, em detrimento das restantes freguesias e colectividades, ou seja, tal como os estreitenses, os camaralobenses ficariam inundados de ciúmes e tal como os do Estreito seriam capa-

zes de um dia virem a pedir a separação de Câmara de Lobos relativamente ao Estreito.

Ainda que, como diz o povo sejam mais nozes do que vozes, julgo que não será segredo para ninguém a existência, desde há longos anos, de um certo atrito, uma certa rivalidade entre estreitense e camaralobenses, rivalidade que nas últimas décadas se tem vindo a agudizar devido não só a alguns erros de estratégia política ou comportamentos muito pouco claros de quem desde o largo da República conduz a política em Câmara de Lobos, como também às guerrilhas institucionalizadas e algumas vezes também apadrinhadas por responsáveis políticos, entre as colectividades desportivas e culturais de ambas as freguesias.

A este propósito, recorda-se que tanto o CSDCL como o GDE mobilizam algumas centenas de atletas a quem desde cedo, incentivados, dão lugar à consequência das disputas desportivas e outras pelos próprios dirigentes, lhes é inculcado um ódio mútuo, que para além deles se estende a familiares e adeptos e que ultrapassa a pura actividade desportiva para se transformar num fenómeno social, aumentando ainda mais o fosso entre as populações de ambas as freguesias.

Razões para a criação do concelho

Estes e outros factos fize-

ram, naturalmente, com que ao longo dos anos se fosse cimentando um clima de desconfiança e a ideia de que o poder instituído antes na rua de Nossa Senhora da Conceição e hoje no largo da República privilegiava, a sede do concelho em detrimento das restantes freguesias. Foi aliás, o abandono a que durante anos e anos estiveram votadas as zonas altas do Estreito, que fariam nascer o movimento que acabaria por dar origem à freguesia do Jardim da Serra, sendo também, este mesmo motivo, uma das razões evocadas pelo partido socialista para avançar com a proposta de criação do concelho do Estreito.

Os problemas

Apesar da iniciativa da criação do concelho do Estreito ser uma ideia interessante, poder congregar em sua volta a maioria dos estreitenses e trazer inúmeros benefícios, levanta entre outras questões a de se saber se o saldo entre as receitas e os custos da nova máquina autárquica é ou não mais vantajoso para o Estreito, do que quando estava esta freguesia integrada no concelho de Câmara de Lobos? Para além disso, não sei até que ponto o Curral das Freiras estaria disposto a trocar Câmara de Lobos pelo Estreito, numa altura em que parece haver algum namoro com o Funchal.

Sendo assim, julgo que, apesar de vantajosa, pelo menos em termos de podermos decidir por nós próprios o nosso futuro, a criação do concelho do Estreito, terá de ser muito bem ponderada

Soluções transitórias

Até lá e enquanto não há um consenso sobre a sua criação, os estreitenses têm duas alternativas para ultrapassar as razões que estão por detrás do seu suposto desejo.

A primeira, é esperar que a estrutura local do PSD saia do marasmo em que está, e que seja capaz de formar quadros susceptíveis de ombrear, na disputa do poder no concelho de Câmara de Lobos, com a estrutura da freguesia de Câmara de Lobos, cheia de quadros e que por inércia das outras estruturas locais, se tem vindo a comportar como se de uma concelhia se tratasse. A este propósito, recorde-se que não se prevê que nos anos mais próximos o PSD deixe de ser poder no concelho de Câmara de Lobos e, conseqüentemente, as boas ou más soluções governativas para o concelho dependerão da qualidade dos seus quadros.

Apesar desta primeira solução apontada não ser ideal, a verdade é que, uma estrutura local forte estaria melhor posicionada para de vez em quando marcar o curso dos acontecimentos políticos do concelho, a favor do Estreito.

A segunda solução seria a de, dentro do PSD ou fora dele, escolher um presidente e um elenco camarário, tendo em conta não número de cartazes colados ou cotas de jotas e mulheres, mas as qualidades e capacidades inerentes às exigências do cargo e à manutenção de um distanciamento inequívoco, relativamente à sua origem e filiações clubísticas ou associativas e com um projecto de desenvolvimento global para o concelho que tivesse em conta o presente mas não esquecesse o futuro. ■

Manuel Pedro Freitas